



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VERA LÚCIA OLIVEIRA DE ARAÚJO

O PROCESSO DE INCLUSÃO E A SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NUMA ESCOLA ESTADUAL DE CAMPINA
GRANDE-PB

CAMPINA GRANDE – PB
2016

VERA LÚCIA OLIVEIRA DE ARAÚJO

O PROCESSO DE INCLUSÃO E A SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NUMA ESCOLA ESTADUAL DE CAMPINA
GRANDE-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB em
cumprimento parcial as exigências para obtenção do
título de Graduação em Pedagogia.

Orientador (a): Dr^a Kelli Faustino do Nascimento

CAMPINA GRANDE – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663p Vera Lúcia Oliveira de Araújo
O processo de inclusão e a sala de recursos multifuncionais
numa escola estadual de Campina Grande [manuscrito] / Vera
Lucia Oliveira de Araújo. - 2016.
45 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Kelli Faustino do Nascimento,
Departamento de Psicologia".

1. Educação inclusiva 2. Sala de recursos multifuncionais 3.
Atendimento educacional especializado I. Título.

21. ed. CDD 370.115

VERA LÚCIA OLIVEIRA DE ARAÚJO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO E A SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NUMA ESCOLA ESTADUAL DE CAMPINA
GRANDE-PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB em cumprimento parcial as exigências para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Kelli Faustino do Nascimento

Prof.^a Dr.^a Kelli Faustino do Nascimento
Orientadora

Eduardo Gomes Onofre

Prof.^a Dr. Eduardo Gomes Onofre
Examinador

Maria do Socorro Moura Montenegro

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Moura Montenegro
Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB
2016

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus pais Vital e Helena por sempre me apoiarem nos estudos e acreditarem no meu potencial. A minha filha, você é a força que me ajuda a não desistir desse sonho.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado força para vencer todos os obstáculos encontrados durante a trajetória percorrida nesse curso.

A meus pais, pelo amor e carinho, e pelo incentivo a não desistir de realizar esse sonho tão almejado.

Ao meu marido pelo apoio, paciência e carinho.

A minha filha que está por vir, você não me deixa desistir.

A toda família, pois sempre estão do nosso lado nos momentos felizes e infelizes da vida.

A minha orientadora Dr^a. Kelli Faustino do Nascimento que, mesmo tão atarefada, aceitou me orientar na produção deste trabalho.

A minha verdadeira amiga Silvana, que me apoiou o tempo todo e estava passando pela mesma situação.

A minha amiga Adriana, pelas palavras e atitudes motivadoras.

A profissional de educação responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais da instituição lócus da pesquisa, por ter me recepcionado de forma calorosa e, por ter colaborado em mostrar funcionamento da Sala.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma maneira para que a construção e conclusão desse trabalho se tornassem real.

RESUMO

Educação inclusiva é uma temática que vem sendo bastante discutida, sobretudo diante dos desafios e dúvidas que surgem para viabilizar a inclusão de pessoas com alguma deficiência em escolas regulares. Não é difícil perceber as dúvidas, a falta de recursos humanos e materiais, bem como a resistência de algumas pessoas quando se trata de assumir de fato uma escola inclusiva. Partindo dessas reflexões, este trabalho teve como objetivo central: analisar de que forma é oferecida a educação inclusiva no âmbito da sala de recursos multifuncionais, diante das garantias do atendimento educacional especializado. O lócus de estudo foi uma escola da Rede Estadual de Ensino da cidade de Campina Grande-PB, tendo como foco principal a Sala de Recursos Multifuncionais. Utilizamos o método de pesquisa qualitativa através de entrevistas semiestruturadas formal e informal, observação, fotos, leituras de documentos e referências bibliográficas. Como aporte documental, Declaração de Salamanca (1994), Leis de Diretrizes e Base Nacional (1996). Para referências bibliográficas lemos Sasaki (2005), Mantoan (2003), entre outros. Na observação analisamos os atendimentos na sala de recursos, além de verificarmos as dificuldades encontradas na instituição para lidar com o processo de educação inclusiva. Os resultados revelam que existe uma carência em reconhecer o projeto que orienta o funcionamento da sala de recursos multifuncionais por parte dos professores da sala regular, e o que é de fato uma educação inclusiva. Contudo, concluímos que a instituição busca atender a proposta de educação inclusiva, mas ainda existem alguns obstáculos a serem superados para que possa realizá-la conforme as leis que regem a proposta inclusiva.

Palavras Chaves: Educação Inclusiva, Sala de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado.

1. INTRODUÇÃO

Até o início do século XXI, a maioria das ações desenvolvidas voltadas para as pessoas com algum tipo de deficiência estavam voltadas, sobretudo para integração, na qual a pessoa devia se “adaptar” ao ambiente, fosse ele escolar ou social. Muitas vezes, essas ações contribuíam mais para segregar as pessoas com deficiência ou que necessitava de atendimentos educacionais especializados, do que para incluir. Com a criação da Política Pública Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008), surge a proposta do atendimento educacional especializado, com intuito de atender as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação no contra turno ao da sala regular.

Vale esclarecer que mesmo compreendendo que a inclusão escolar não se limita aos alunos que tenham algum tipo de deficiência, mas que ela deve ser concebida como um processo educativo que deve garantir a todos os alunos uma educação de boa qualidade, independente da sua condição socioeconômica, de gênero, raça, religião ou de limitações

físicas. Contudo, nosso estudo foi realizado com alunos que apresentam algum tipo de deficiência física ou mental. Entendemos que numa sociedade excludente como a nossa, a luta por uma sociedade inclusiva aparece como algo necessário e urgente, pois assim como argumenta Sasaki (2005):

(...) Após conhecer a inclusão, não consigo imaginar a volta da sociedade para práticas não- inclusivas. Felizmente, a inclusão é um processo mundial irreversível. Veio para ficar e multiplicar-se abrindo caminhos para a construção de uma sociedade verdadeiramente para todos, sem exceção sob nenhuma hipótese. (...)
Romeu Sasaki (2005)

A necessidade de estudar o tema nos levou a compreender como acontece o trabalho nas Salas de Recursos de uma Escola Estadual de Campina Grande. A pesquisa em campo nos mostrou como é a realidade da escola e da sala foco de estudo, verificamos os equipamentos, mobílias e materiais pedagógicos encontrados no ambiente, a formação e atuação da professora da Sala de Recursos e experiências vivenciadas pelos professores da sala regular com base no tema.

Para o estudo foi adotado o método da pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas formal e informal, observação, fotos, análise de documentos e levantamento bibliográfico.

O trabalho está estruturado em três partes, sendo que a primeira, está a fundamentação teórica apresentando um Breve histórico sobre a educação especial no Brasil, Políticas Públicas direcionadas para o atendimento de pessoas com deficiência, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais. Na segunda parte, descrevemos o percurso metodológico, e por último expomos a apresentação e discussão dos dados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breve Histórico sobre a Educação Especial no Brasil

O pensar pedagógico dever ser uma das ações diárias daqueles que exercem determinada função no campo educacional, especialmente no contexto da educação inclusiva. Buscar formas que possibilitem a inserção e participação real dos estudantes com alguma especialidade representa um dos grandes desafios da educação moderna e regular nos diferentes sistemas e níveis educativos. Como aponta Cardoso (2003), a partir de melhorias

curriculares, novas técnicas e práticas de ensino e investimentos, tanto no que se refere aos profissionais e aprendizes, quanto as ferramentas utilizadas por aqueles.

No Brasil, a educação especial data do século XIX, no entanto, só entrou em vigor, de forma mais ampla, na década de 60. A princípio, os investimentos surgiram de forma privada, a exemplo do Instituto dos Meninos Cegos (atual IBC) fundado no Rio de Janeiro em 1854, do Imperial Instituto de Surdos-mudos (atual INES) em 1857, ambos em funcionamento até os dias atuais; sem poder com tudo, esquecer os esforços privados de pais de crianças com deficiência mental que fundaram inúmeras APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional pelo Brasil ao longo dos anos, iniciando-se em 1954.

Anos a frente, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei Nº 4.024/61, no artigo 88 (Revogada pela Lei 9.394 de 1996), garantiu o direito à educação dos estudantes especiais e nomeou-os como "alunos excepcionais", estabelecendo a "integração" desses alunos à educação regular de forma generalizada, sem, porém, antes tentar adaptar o ensino regular em curso aos novos alunos que foram integrados ou tão pouco os profissionais que atuavam na área. Partindo, assim, do princípio de inclusão, embora esta precisasse de melhorias quanto a sua forma de execução, pois, a ausência de adaptações acabou reforçando para que os alunos fossem matriculados nas classes especiais ou em escolas especializadas.

Isso mostrou que sem mudanças nas políticas públicas, sem capacitações de profissionais da área, adaptações nas instituições, entre outras atitudes não seria possível executar uma prática educativa que não segregasse. Todavia, definir quais seriam os objetivos dos processos de integração e inclusão era preciso, para que a Leis e documentos elaborados voltados para o processo de inclusão não deixasse lacunas que dessem argumentos que continuassem excluindo as pessoas que necessitavam de atendimentos especializados.

Mantoan (2003), afirma que na integração escolar "(...) a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências(...)". A autora ainda assegura que "(...) a inclusão escolar é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Os alunos sem exceção devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (...)".

Outros eventos importantes ligados a educação especial foram elaborados como, por exemplo: a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990), cujos objetivos entre outros, era melhorar a qualidade da educação e fazer com ela alcance a todos os tipos de estudantes, nacionalidades, raças, gêneros, entre outros. Tivemos ainda a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da

Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), de acordo com a Lei nº 7.853 e do Decreto 92.481 de 24/10/1988. Entretanto, passou-se dez anos até que a mesma fosse regulamentada por meio do Decreto nº. 3.298 de 20/12/1999, devido a razões burocráticas e jurídicas. A teoria mostrava um esforço para tentar melhorar a vida dos portadores de necessidades especiais (expressão usada na época), porém na realidade ainda se tinha muito a ser feito para que de fato essas pessoas pudessem desfrutar dos seus direitos.

Um marco que ampliou a discussão e propostas de ações em relação à educação especial, (1994) foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca que resultou na Declaração de Salamanca. Uma das proclamações encontradas nesse documento seriam, “(...) escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficiência de todo o sistema educacional. (...)”. (Declaração de Salamanca, 1994).

Dentre os vários documentos importantes que promoveram mudanças está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, 9.394/96 de 20/12/1996, cuja implantação promoveu entre outras, no artigo 4º, inciso III a garantia dos sistemas de ensino público realizar o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Apesar de que no inciso, temos o uso da palavra “preferencialmente” que talvez tenha servido como argumento para que os alunos continuassem a frequentar escolas especiais.

Com a realização da Convenção de Guatemala (1999) ratificada pelo Brasil: Decreto nº 3956, de 08 de outubro de 2001. Declara eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. E também define (...) a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, ou em seus antecedentes, consequências ou percepções, que impeçam ou anulem o reconhecimento ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos e suas liberdades fundamentais. Esse decreto é de grande importância para a educação no Brasil. Pois trás outra maneira de interpretar a educação especial, no campo da

diferenciação diminuindo as dificuldades que impossibilitam as pessoas com deficiência de frequentar as escolas e exercerem seu pleno direito de cidadãos.

Em 2004 no Brasil, o Ministério Público Federal publica o documento nomeado de Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Já no ano de 2005, foram implantados os Núcleos de atividades de Altas Habilidades/ Superdotação- NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal foram organizados centros de referência na área das altas habilidades/ superdotação para o atendimento educacional especializado, para orientação às famílias e a formação continuada de professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.

2.2 Políticas Públicas direcionadas para o atendimento de pessoas com deficiências

As pessoas com deficiência podem se apresentar em diversos níveis de limitação: física, sensorial e cognitiva. Durante todo percurso histórico da humanidade passaram por diversas situações de segregação. Por um longo período eram consideradas “inválidas” ou “incapazes, vivendo da caridade e/ ou assistencialismo do Estado.

Com o passar dos anos as pessoas com deficiência foram conquistando seu espaço na sociedade, resultado de muita luta e movimentos realizados por seus familiares, indivíduos ou grupos que defendiam seus direitos. Foram várias mudanças que se deram de forma dinâmica, porém muito lenta. Até hoje ainda existem Leis que não são cumpridas demonstradas em tratamentos inadequados, discriminatório contra as pessoas com deficiência.

Diante das pessoas com deficiência física, também se observa um enorme heterogeneidade decorrente de vários tipos de déficits ou lesões, sensoriais, intelectuais ou mentais. Portanto, surgem sentimentos de rejeição, medo, proteção, e finalmente respeito às diferenças a com deficiência. (MAIOR, 1997:14, apud REVISTA ÁGORA, 2012, P. 111)

Na década de 1980 iniciaram as políticas públicas direcionadas para as pessoas com deficiências, a partir do movimento realizado pelas “NAÇÕES UNIDAS”, em 1981 sendo chamado de Ano Internacional da Pessoa Deficiente.

Já década de 1990, tivemos alguns movimentos e criação de documentos que passam a influenciar nas políticas públicas direcionadas a educação inclusiva como, por exemplo, a Declaração Mundial de Educação para todos, Declaração de Salamanca. Na mesma década temos a criação da Lei 7.853/89 definindo a educação especial como sendo uma modalidade de ensino que é transversal aos demais níveis de ensino, e que deve ser um complemento do ensino regular.

Tivemos também, na década de 20, o decreto nº 5.296/04 que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 que promove acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2006 o Plano Nacional De Educação em Direitos Humanos tem a como propósito dentre várias ações implantarem no currículo da educação básica temática e desenvolver a ações voltadas ao acesso e permanência as pessoas com deficiência no ensino superior.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (2009) , estabelece que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional de ensino geral (...) que tenham o acesso ao ensino(...), de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (art.24)

Um pouco mais recente, foi elaborado o plano nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que tem como Meta 4 “Universalizar, para a população o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a rede regular de ensino.”

2.3 Atendimento Educacional Especializado

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento educacional especializado. De acordo com a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida, “preferencialmente,” na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa palavra

“preferencialmente,” também está citada na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, inciso III, afirma

Mantoan (2007) “preferencialmente” é um advérbio que reforça a necessidade de um atendimento diferenciado do ensino escolar que atenda as especificidades dos alunos com deficiência e incluindo instrumentos necessários na escola regular para eliminação das barreiras existentes para que as pessoas com deficiência possam relacionar-se com o meio externo. Como por exemplo: Ensino da Língua Brasileira de Sinais, uso das Tecnologias Assistivas, código de braile entre outras. (BRASIL, 2007)

Segundo o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, 2010. O público alvo que tem direito a esse atendimento são:

- Alunos com deficiência – aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento- aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações, sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
- Alunos com altas habilidades ou superdotação – aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humanos, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Esse serviço da educação especial visa (...) identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (SEESP/MEC/2008). É uma atividade de apoio, que não deve ser obrigado pelo sistema de ensino como oportunidade para aceitação da matrícula do aluno com deficiência em escola comum. O atendimento ocorre na escola que o aluno (a) está matriculado, no contra turno de estudo. Na instituição deve ter uma sala exclusiva denominada de Sala de Recursos Multifuncionais, caso a escola não possua esse

espaço para oferecer o atendimento educacional especializado, ele (a) participa em outra instituição que ofereça.

A sala de recursos multifuncionais é uma sala exclusiva, encontrada nas escolas públicas para realizar o AEE (atendimento educacional especializado).

Para que funcione é necessário possuir mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidades e equipamentos específicos para realização dos atendimentos ao público alvo.

A gestão e professor responsável pela sala devem organizar e administrar o funcionamento desse espaço. O professor deve ter formação inicial que o habilite para o pleno exercício da docência e formação específica para Educação Especial.

Para a escola ser contemplada com a sala de recursos é necessário implantar atendimento educacional especializado registrando no PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição, e também organizar espaço físico, professores disponíveis entre outros, conforme a Resolução CNE/ceb/ nº 4/2009, art.10º de 05 de outubro de 2009, a escola deve organizar:

- I- Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II- matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III- cronograma de atendimento aos alunos;
- IV- plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V- professores para o exercício da docência do AEE;
- VI- outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia- intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII- redes de apoio no âmbito de atuação do profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

O atendimento educacional especializado é um trabalho diferenciado do realizado na sala de aula comum de tão grande importância que o temos garantido pela Constituição

Federal. No artigo 206, inciso I, está registrado um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, acrescentado que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (artigo, 208, V). Jamais pode ser confundido com aulas de reforço ou complemento das atividades propostas da sala de aula regular.

Quanto à função do professor, responsável pelo atendimento educacional especializado, é de elaborar e executar o plano AEE do estudante; elaborar cronograma e atividades direcionadas ao aluno; apoiar no desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; disponibilizar o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização; fazer uso da Tecnologia Assistiva (Ta); produzir e adaptar materiais pedagógicos, considerando a necessidade específica do estudante; acompanhar o uso dos materiais e recursos em sala de aula sem interferir nos conteúdos curriculares; realizar planejamento com professores das salas regulares; acompanhar o desenvolvimento dos alunos na sala comum; informar aos professores e familiares sobre os recursos utilizados pelos alunos; realizar contato com instituições de saúde, assistência, trabalho entre outras.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo destina-se à apresentar o percurso seguido para a realização da pesquisa. Para isso, iremos caracterizar e especificar a pesquisa em campo, metodologia usada, expor as características do local de pesquisa e os resultados obtidos.

3.1 Desenvolvimento da pesquisa e instrumento metodológicos

Para realizar este trabalho usamos uma abordagem qualitativa que leva em conta a vivência de uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito. A pesquisa teve como meta analisar de que forma é oferecida a educação inclusiva no âmbito da Sala de Recursos Multifuncionais numa escola da Rede Estadual da cidade de Campina Grande- PB, diante das garantias do atendimento educacional especializado. Para coleta de dados utilizamos entrevistas semiestruturadas formal e informal, observação, análise de documento, fotos,

pesquisa bibliográfica. Os dados foram coletados em setembro de 2016, num período de 8 (oito) dias, 12 /09 a 21 /09/2016 no período da manhã.

Inicialmente realizamos uma entrevista informal com gestora e professora da Sala de Recursos, após alguns dias de observação realizamos as entrevistas formais, contendo 21 (vinte e uma) questões para professora da Sala de recursos e contendo 10 (dez) questões para professores da sala regular. As questões estavam relacionadas com temas relacionados à Educação Inclusiva. Tanto a entrevista informal, quanto a formal foram realizadas no ambiente da Sala de Recursos Multifuncionais.

Participou das entrevistas a professora - A responsável pelos atendimentos do horário matutino da Sala de Recursos e 5 (cinco) professores (as) do ensino regular que lecionam na modalidade Fundamental II e Ensino Médio. As entrevistas tiveram como objetivo conhecer um pouco do perfil dos professores (as), e analisar suas experiências do cotidiano escolar perante o tema da educação inclusiva.

A observação nos ofereceu elementos importantes para análise e discussão da pesquisa. Afirma Lakatos & Marconi, que a observação (...) utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar os fatos ou fenômenos que se deseja estudar (...) Lakatos & Marconi (1996, apud ORRIS, 2013).

Ainda podemos realizar registros visuais do campo de estudo através de fotos, que foi essencial para explicitar os dados coletados.

(...) Um dos principais valores da imagem é a representação de coisas concretas (ARNHEIM, 1998), como também o reconhecimento e a rememoração de algo que se vê ou pode se ver no real, propondo o saber sobre o real. Este efeito de realidade é produzido no espectador pelo índice de analogia em uma imagem, criando no espectador a crença da realidade através de uma analogia produzida principalmente pela imagem fotográfica. (ARNHEIM, 1998, apud SILVA, cf, IN: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/>)

Com a observação realizada na Sala de Recursos Multifuncionais analisamos como os estudantes são atendidos (as), quais atividades são desenvolvidas com eles (as), os materiais pedagógicos, equipamentos e mobília presentes na sala. E também podemos compreender as dificuldades encontradas para realização desse trabalho. Como por exemplo, as barreiras arquitetônicas encontradas na instituição.

3.2 Locus e participantes da pesquisa

Para realizarmos a pesquisa nos deslocamos a instituição e solicitamos autorização da Gestora da escola da Rede Estadual de Ensino, pois já sabíamos da existência da Sala de Recursos Multifuncionais devido ao contato prévio que estabelecemos com alguns profissionais da instituição. De imediato a Gestora aceitou. Então, conversamos com uma das professoras responsáveis pela sala e fomos bem recepcionadas. Falamos da proposta do nosso projeto e ambas não hesitaram em colaborar com a pesquisa, nos encaminharam a sala com o objetivo de observarmos como ocorria o atendimento naquele momento.

3.2.1 A escola da Rede de Ensino Estadual de Campina Grande-PB

A instituição foi fundada no ano de 2000, no Governo de José Maranhão, localizada na Rua Luiz Motta, S/N – situado no Bairro de Bodocongó em Campina Grande – PB. Conhecida como escola Padrão, pois de acordo com as informações do PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição na época foram construídas 8 escolas com a mesma estrutura na cidade.

Funciona nos turnos manhã, tarde e noite com o número de aproximadamente 1100 alunos (as) distribuído nos 3 horários, oferecendo as seguintes modalidades de ensino: pela manhã e tarde Fundamental anos finais (6º ao 9º ano), Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) –Projeto Alumbrar (distorção idade/série), Ensino Médio regular; à noite, oferece Fundamental EJA (Educação de Jovens e Adultos) – ciclos 3 e 4, Ensino médio EJA (Educação de Jovens e Adultos) – ciclos 5 e 6. Até o ano de 2014 também oferecia a modalidade de ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano). Todas as modalidades de ensino estão incluídas no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola anualmente, atualizado.

Atende as comunidades de Bodocongó, Ramadinha I e II, Sítio Januário, Novo Bodocongó, Vila dos Teimosos, Morro do Urubu, São José da Mata, Lagoa de dentro entre outras. A clientela atendida pertence a classe sócio econômica de baixa renda, com uma vivência diversificada em educação familiar, cultura e religião.

A estrutura física é dividida em blocos. No bloco 1: banheiros masculino e feminino, incluindo banheiros acessíveis, rádio, sala de professores, pátio com palco para apresentações, refeitório com bebedouros e cantina. Entre o bloco 1 e o 2 possui uma caixa d'água. No bloco 2: Sala de Recursos Multifuncionais, laboratório de informática, laboratório

de robótica, sala de leitura(contendo além do acervo literário, TV/VÍDEO/APARELHO SONORO e AR CONDICIONADO INSTALADOS em funcionamento, secretaria, direção e uma das salas de aula também climatizada. Já no bloco 3: 10 (dez) salas de aula e no bloco 4: 5 (cinco) salas de aula.

A instituição possui, uma quadra de areia, uma quadra de futebol, ampla área em terreno para realização de atividades extra- sala de aula. Observamos que entre os blocos 1e 2, 3 e 4 são instaladas mesas redondas de granilite e madeira com bancos para momentos de leitura no momento do intervalo. Entre um bloco e outro são distribuídos murais para fixação de trabalhos produzidos pelos estudantes e para exposição de cartazes informativos.

Na estrutura da escola encontramos 2 (duas) rampas com corrimão. Uma dá acesso a secretaria e a outra acesso ao pátio. As portas das salas são todas adaptadas para cadeirantes, possuem 2 banheiros acessíveis. Na mobília de algumas salas estão distribuídas 3 (três) carteiras adaptadas para cadeirantes.

Na arquitetura da secretaria encontramos um balcão de atendimento muito alto, dificultando o atendimento e visualização para pessoas de baixa estatura e das pessoas com deficiência usuárias de cadeiras de roda. Na parte frontal do palco localizado no pátio lugar onde acontecem os eventos não possui rampa, mas um escada com 3 degraus. A instituição solicitou no Orçamento Democrático de 2016 a reforma da escola se autorizada irá sugerir algumas mudanças com o objetivo de atender as exigências registradas no Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível! (BRASIL, 2009).

A equipe técnica administrativa é composta por: 1 (uma) gestora geral, 1(uma) gestora adjunta, além de outros funcionários de apoio para cada turno de funcionamento. A instituição não possui equipe técnica pedagógica. Questionamos com a gestão sobre a ausência da Equipe Multidisciplinar e a gestora nos informou

“escolas financiadas pelo Estado da Paraíba não contratam os profissionais que formam essa equipe (Assistente Social, Coordenador pedagógico, Orientador pedagógico e psicólogo), salvo poucas escolas da Rede Estadual, pois os profissionais realizaram concurso público a um bom tempo. Entretanto, os alunos com laudo são assistidos pela Sala de Recursos Multifuncionais em horários opostos ao da sala regular.”

A mesma afirma que esse trabalho fica por conta da equipe de profissionais da escola. Contudo, todos (as) buscam realizar o trabalho da melhor maneira possível para oferecer um

ensino de qualidade. Conta com um Corpo docente de 53 professores (as) incluindo as 2 (duas) professoras Salas de Recursos Multifuncionais.

Para enriquecer nossa pesquisa verificamos as informações contidas no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, o qual é atualizado anualmente e podemos visualizar o registro de todas as modalidades de ensino citadas pela equipe, enfatizando a educação especial realizada na Sala de Recursos Multifuncionais.

De acordo com o documento Síntese das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Brasil, MEC), o PPP de é um documento dinâmico, pois é escrito pela comunidade escolar a partir da sua realidade. É elaborado quando se deseja realizar uma ação curricular rigorosa e que traga prazer, almeja um processo de ensino-aprendizagem que considera os sujeitos da ação e modos de trabalho que garantam apreensões criativas do conhecimento, a par de atitudes e compartilhamentos originais.

A existência do PPP (Projeto Político Pedagógico) e sua atualização anual nos fazer acreditar que a instituição está sempre em busca de melhorias para comunidade escolar. A construção desse documento reforça a valorização de opiniões, criatividade e experiências vivenciadas pelas pessoas envolvidas com essa comunidade. Além disso, mostra o compromisso em oferecer uma educação de qualidade.

3.2.2 A Sala de Recursos Multifuncionais da instituição lócus de estudo

A sala de recursos multifuncionais, nosso objeto de pesquisa é definida como Sala do Tipo - I. Segundo o Manual de Orientação: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (MEC, 2010), as Salas do Tipo I estão direcionadas aos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação. Entretanto, devem ser compostas de materiais específicos de mobília, equipamentos tecnológicos, materiais pedagógicos como, por exemplo: mesa redonda, quadro branco, computadores, scanner, impressora, bandinha rítmica, esquema corporal, plano inclinado, alfabeto em Braille entre outros.

Os únicos equipamentos de Tecnologias Assistivas distribuídos pelo MEC existentes na sala são 2 (dois) notebooks, utilizados quando a professora desenvolve atividades com jogos virtuais, exibição de vídeo, desenhos animados, leitura de textos, interpretação de textos verbais e não verbais.

Na sala não existe livros paradidáticos para os estudantes atendidos, porém observamos que a professora-A pega os livros na Sala de Leitura para realizar os atendimentos com eles (as).

Todavia, apresentamos parte dos materiais que compõem a sala de recursos multifuncionais na tabela em ANEXO-A e fotos em ANEXO-B.

A Sala de Recursos observada é instalada em um espaço pequeno, com a mobília exigida pelo MEC e mais 3 (três) armários em metal servindo de arquivo para documentos da secretaria, diminuindo acessibilidade espacial da sala.

Funciona nos horários vespertino e matutino de segunda-feira a sexta-feira, 4 horas por turno. Porém a pesquisa foi realizada no horário matutino. Cada atendimento com os estudantes ocorrem num período de 1 hora, podendo variar de acordo com as dificuldades dos alunos (as), sendo individual e às vezes em duplas.

O planejamento da escola ocorre mensalmente com flexibilidade para 15 ou menos dias dependendo da necessidade que houver. Mas o planejamento das professoras da sala recursos ocorre individualmente, pois elas não conseguem coincidir os horários para planejar. A professora-A também relatou sobre reuniões realizadas mensalmente direcionadas a profissionais responsáveis pela Sala de Recursos Multifuncionais do Estado com a Coordenadora das salas implantadas na Rede Estadual, a pedagoga-J. Nestes encontros as professoras relatam as dificuldades em desenvolver os trabalhos e são orientadas sobre os atendimentos, discutem sobre novas leis e situações do cotidiano vivenciadas nas salas e em outros espaços.

Segundo professora- A, não existe registro na escola de quando ocorreu a implantação Sala de Recursos Multifuncionais. Todavia, no Portal do MEC existe uma Relação nominal dos Estados e Municípios expondo quando foram implantadas as salas do estado da Paraíba no município de Campina Grande, e de acordo com esse documento as salas foram implantadas no período 2008 a 2013. (Portaria nº 105, 14/10/2015)

3.2.3 Perfil dos alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais

São atendidos no horário da manhã na sala de recursos 6 (seis) estudantes, 4 (quatro) do sexo feminino e 2 (dois) do sexo masculino com idades entre 15 e 24 anos. No período da pesquisa apenas 2 (dois) dos alunos(as) não frequentaram assiduamente os atendimentos,

nessas situações como não existe Equipe Multidisciplinar a professora entra em contato via telefone com os pais ou responsáveis, com intuito de saber o motivo das faltas.

Os estudantes atendidos cursam os anos do fundamental- I. Residem em bairros localizados nas proximidades da instituição, com baixa renda familiar. Dos 6 (seis) estudantes com diagnósticos 1(um) é uma declaração emitida por uma escola especializada, conforme a professora –A os diagnósticos descritos estão de acordo com os laudos dos estudantes, anexados em suas fichas de matrícula da escola e da Sala de Recursos. Todavia, os diagnósticos são os seguintes, Retardo Mental e Esquizofrenia, Déficit de Aprendizagem Comportamento, Deficiência Intelectual, Paralisia Cerebral, Retardo Mental Severo, Retardo Mental Grave. Ver tabela em ANEXO-C informando o perfil dos estudantes atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais da instituição.

A mediadora da sala informou que dos 6 (seis) estudantes atendidos, apenas 2 (duas) tem o acompanhamento frequente da família na pessoa da mãe, os responsáveis dos demais só procuram a escola quando solicitados ou se precisarem de alguma declaração da instituição.

Professora - A afirma;

“e mesmo essas mães que participam frequentemente, em alguns momentos não cooperam, pois uma das alunas que não possuem laudo médico apenas declaração emitida por uma instituição de educação especial e que não é assinada e nem carimbada por um médico Neuro não procura marcar consulta com neurologista. Ela informa que tenta, mas pelo SUS é muito difícil conseguir consulta com Neuro. É muito complicado, pois é importante saber o diagnóstico certo para elaboração das atividades a serem desenvolvidas com eles (as).”

A Constituição Federal (1988), capítulo VIII, art. 227 afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A participação da família é de suma importância nas diversas fases da vida de uma pessoa, pois muitas vezes na infância ou na fase da adolescência passam por situações de exclusão e discriminação que lhes deixam marcas difíceis de serem superadas.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 A profissional da Sala de Recursos Multifuncionais e o trabalho desenvolvido

A Professora-A trabalha há 23 anos na educação e há 3 anos no atendimento educacional especializado. Trabalhou em escola privada e atualmente só na rede pública. Ocupa o dia na sala de recursos no horário da manhã e tarde na sala regular. Relata que já ensinou a alunos com deficiências na sala regular e sabe o quanto é difícil para os professores ensinar a esses alunos sem participar de nenhuma formação, pois a Coordenação das Salas de Recursos nunca realiza formações com eles e nem realiza eventos com a temática para estimular, motivar e capacita-los. Com isso, os professores acabam excluindo os alunos. Segundo a LDB n° 9394/96 determina (...) que esses alunos deveriam contar com professores especializados para atendimento de suas necessidades específicas e também com professores do ensino regular capacitados (BRASIL,1996).

Professora-A desabafa sobre como é visto seu trabalho perante seus colegas,

“sinto muita indiferença por parte dos meus colegas professores e dos funcionários de apoio, quando estou realizando as atividades com os alunos (as) e algum deles observam, me demonstram entender que é uma brincadeira e não ajuda em nada no desenvolvimento deles. Meu trabalho não é reconhecido por eles, somente pela gestora que me oferece todo apoio que preciso.”

Comenta que no planejamento no início do ano sempre escolhem as datas comemorativas que vão trabalhar durante o ano todo para realizar eventos de culminância na escola. Acrescenta que nesses eventos tem bastante dificuldade em incluir os estudantes que participam da sala de recursos, *“é como se eles (as) não fossem estudantes da sala regular, em alguns momentos precisa da intervenção da gestora para inclui-los.”*

Inicialmente com a entrevista formal a professora relatou quanto às barreiras encontradas na escola para desenvolver seu trabalho que:

“nós não visamos barreiras somente soluções” acrescentando que tem apoio de todos os coordenadores da escola e familiares também. Porém durante a “entrevista informal em outro dia, ela falou:” *tenho muita dificuldade em oferecer um atendimento de qualidade, pois funcionários da instituição interrompem constantemente na hora da realização das atividades. É um “entra e sai” direto, guardando muitas vezes materiais que nem pertence a sala. Como você pode ver o espaço inadequado, tem a mobília específica da sala e ainda esses armários de uso da secretaria. Já reclamei várias vezes sobre essas pessoas que*

atrapalham os atendimentos, mas até agora não aconteceu nenhuma mudança, me sinto muito incomodada, os alunos não conseguem se concentrar, tem até um a aluna que diz “vai embora quero estudar”.

Percebemos que a profissional enfrenta muitas dificuldades e que seu trabalho fica prejudicado devido a falta de compreensão de alguns funcionários da equipe escolar. Através da sua fala fica explícito a falta de autonomia para resolver alguns problemas que talvez ela mesma pudesse solucionar.

Na entrevista formal disse que a sala funciona através método Montessoriano e que é orientada pela coordenação da 3ª regional de Ensino de Campina Grande. A professora-A, não fez nenhuma menção aos documentos ou Leis que regulamentam a implantação da sala e seu funcionamento.

Ao perguntar sobre a definição de ensino integrador e ensino inclusivo, a professora respondeu, que integrar é colocar algo perto e incluir colocar dentro do grupo e que deficiência é apenas uma limitação a transpor, não vê razão para realizar a separação de alunos com deficiência dos sem deficiência.

Abenhaim (2005, pag. 44) afirma que:

Na integração o sujeito tem que se preparar para estar com os outros, existem características estabelecidas e o sujeito é avaliado, podendo ser ou não aceito no grupo. Na inclusão o sujeito é visto como potencialidade e há um esforço social para ajuda-lo a desenvolver seu potencial.

É de suma importância saber fazer a diferenciação entre os processos de educação integradora e educação inclusiva, para que se possa realizar uma práxis educativa de forma coerente com as normas e Leis que foram estabelecidas durante todo o processo histórico das pessoas com deficiências.

Para incluir os alunos na Sala de Recursos é preciso que estejam matriculados na rede pública de ensino, e estejam de acordo com o perfil estabelecido pelo Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais entre outros documentos e Leis que afirmam esse regulamento. Contudo, a professora-A nos falou:

“com o objetivo de trazer o público para sala oriento aos professores da sala regular para observar o comportamento dos estudantes no início do aluno, depois realizo uma entrevista com os professores para saber o comportamento deles e procuro verificar nas fichas de matrícula se tem algum laudo com diagnóstico médico, ai se tiver matriculo eles na Sala de Recursos, caso não tenha e percebemos

algumas dificuldades relevantes procuramos a família solicitamos que busquem um médico, psicólogo e fica participando da sala.”

Na escola existe uma aluna cadeirante com diagnóstico de paralisia cerebral, que não quer mais participar da sala regular desde ano de 2015, pois reclama das salas barulhentas. *“ela se recusa em participar da sala comum, mas não deixa de ir para os atendimentos comigo.”* Explica que essa aluna conquistou o direito de ter uma cuidadora para auxiliar na locomoção dela pela escola, e acompanha-la na sala regular, mas devido à falta de vontade de ficar na sala comum ela só realiza esse serviço de locomoção com ela e nos outros alunos.

Segundo professora-A a convivência entre os alunos público alvo do atendimento educacional especializado e demais alunos (as) é boa, nunca percebeu nem ato de preconceito, eles sempre tentam ajuda-los sem nenhuma restrição. Também nunca percebeu nenhuma atitude discriminatória vinda da parte de funcionários de apoio e de professores.

O uso das Tecnologias assistivas é um dos atrativos que auxiliam aos professores quanto a melhoria de sua prática educativa. Na área de educação especial usar essas tecnologias tem por finalidade ajudar as pessoas com deficiência a realizar atividades que tenham dificuldade. A educadora afirmou que utiliza o notebook, jogos e material de arte quando tratamos e falar dessas tecnologias.

No Brasil segundo, o Comitê de Ajudas Técnicas- CAT, instituído pela PORTARIA Nº 142, novembro de 2006, propõe o conceito de tecnologia assistiva *“(...) é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, (...) ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”* (ATA VII comitê de Ajudas Técnicas (CAT)- coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência (CORDE)- secretaria Especial dos Direitos Humanos).

Por fim, ouvimos da professora – A que os alunos frequentam de maneira regular a sala e que conseguem realizar as atividades e socializa-las de forma considerável de acordo com suas limitações. Contudo, pode-se verificar a entrevista semiestruturada em APÊNDICE- A.

4.2 Relatos da entrevista com professores da sala regular de ensino

Para compreendermos melhor o funcionamento da instituição na visão do ensino inclusivo, também realizamos entrevista semiestruturada com professores da sala regular. A

entrevista foi elaborada com 10 (dez) questões com o objetivo de obter respostas relacionadas a ensino inclusivo, ensino integrador, Salas de Recursos Multifuncionais entre outras.

A entrevista foi realizada com 5 (cinco) professores, 4 (quatro) do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino, estão entre as faixas etárias de 25 e 57 anos de idade. Dentre os 5 (cinco) entrevistados, 1 realiza planejamento mensal e os outros semanal, 2 (dois) responderam que no planejamento escrevem uma flexibilização para os estudantes que precisam de atendimento educacional especializado e os outros disseram que não. Planejar as aulas é um ato importante, pois o professor se sentirá com mais segurança para desenvolver seu trabalho e conseguirá manter um maior equilíbrio entre os alunos durante as aulas.

Quando perguntamos sobre participação em capacitação oferecida pelo Governo do Estado para melhorar a práxis da educação inclusiva 3 (três) responderam que não e os outros que sim. Já em relação ao ensino inclusivo e ensino integrador obtivemos 3 (três) que sabem diferenciar e 2 (dois) não sabem.

Na questão 7, perguntamos sobre as condições estruturais ou não do ambiente escolar que dificultam a prática educativa inclusiva, 2 (dois) responderam espaço pequeno da sala, turmas numerosas, 1 (um) respondeu pouca comunicação e falta de planejamento com professor da sala de recursos, e 2 (dois) responderam despreparo dos alunos.

Na questão 8 perguntamos se conhecem o projeto específico que orienta a sala de recursos multifuncionais, 4 (quatro) responderam que não e 1 (um) que sim. Na questão 9, a pergunta foi se a estrutura física da escola garantia acessibilidade aos estudantes com deficiência, todos responderam que sim. Para finalizar na questão 10 foi elaborado com o intuito de saber sobre como era o desenvolvimento dos alunos que frequentavam a sala de recursos, 4 (quatro) disseram satisfatório e 1 (um) acima do esperado.

Podemos perceber que em sua maioria os professores da sala regular ainda não têm conhecimento total do projeto da sala de recursos multifuncionais, que faz parte da educação especial no processo de educação inclusiva. Porém, acreditam que a escola oferece arquitetura adequada para estudantes deficientes. Descrição de perguntas da entrevista no APÊNDICE- B e tabela com perguntas e respostas em ANEXO-D.

4.3 Breve relatório de observação dos atendimentos especializados realizados na Sala de Recursos multifuncionais

Durante a pesquisa assistimos 2 (dois) atendimentos, um de uma aluna diagnóstico de Retardo Mental e Esquizofrenia e outra estudante diagnosticada de Paralisia Cerebral.

Em ANEXO -E estão 2 (duas) tabelas e fotos expondo os dados descritos dos atendimentos realizados com as estudantes.

Atendimento- 1, a estudante diagnosticada de Retardo Mental e Esquizofrenia, se apresentou demonstrando muita tranquilidade em conversar, realizar as tarefas e se relacionar com a professora e com outras pessoas. Contudo, a professora relatou que tem momentos de agressividade.

Ao matricular a estudante na escola a mãe informou sobre seu diagnóstico e foi encaminhada por funcionários da secretaria para sala de recursos. A seguir, a professora fez uma entrevista com a mãe e passou as orientações necessárias quanto ao funcionamento da sala. Então, aluna começou a participar dos atendimentos dias depois.

A estudante foi matriculada no início do ano corrente (2016), frequenta a sala de aula comum e durante a semana no horário da aula cumpre o cronograma da sala de recursos participando do atendimento durante 1h, ou mais dependendo da atividade.

No momento da observação vimos que a professora realiza diversas atividades utilizando os vários materiais pedagógicos encontrados na sala, incluindo os de Tecnologia Assistiva, mas nesse atendimento realizou uma atividade simples de recorte, colagem e pintura. Os objetivos da atividade seriam melhorar a expressão oral, aprimorar a criatividade entre outras. O tema enfatizado era família, ou seja, a importância dos membros da família na pessoa da avó.

Durante a observação, percebemos muita tranquilidade por parte da aluna. A estudante realizou a tarefa com bastante autonomia e independência, mesmo sendo interrompida por aproximadamente 3 (três) vezes por funcionários de apoio da escola. Os funcionários entram na sala com o intuito de guardar materiais que não fazem parte da sala.

Atendimento -2 a estudante observada é diagnosticada de Paralisia Cerebral com memória preservada faz uso de cadeiras de roda, tem comprometimento na coordenação motora fina e grossa não podendo caminhar e nem escrever convencionalmente, tem dificuldade na fala, mas é possível compreende-la.

A aluna é matriculada na instituição desde 2013 no horário da manhã na sala regular, frequentava 2 (duas) vezes por semana a sala comum e 1 (um) vez a sala de recursos. Entretanto, deixou de frequentar a sala comum alegando o barulho, pois assim não conseguia estudar. Foi conversado entre a gestora, professora e a mãe, que a estudante deveria participar na sala regular e sala de recursos, mas a aluna recusou assistir aula na sala comum. Atualmente, participa em uma manhã dos atendimentos na sala de recursos.

No dia que observamos o atendimento com essa aluna foi realizada uma atividade, cujos objetivos seriam, trabalhar a oralidade, exercitar coordenação motora fina, entre outros. Também foi uma atividade de recorte, colagem e pintura semelhante a do primeiro atendimento, com o tema modalidades de esportes nos jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

No momento da observação percebemos o quanto é importante em determinados casos, o atendimento individual, pois a aluna-2 precisa de auxílio da professora para realizar as atividades devido à limitação dos movimentos dos membros superiores.

5. Considerações Finais

Com a realização da pesquisa foi possível conhecer a realidade da escola, funcionamento e atendimentos dos alunos na Sala de Recursos. Percebemos o quanto é importante ter um lugar adequado para se instalar e funcionar a Sala de Recursos Multifuncionais, estruturas arquitetônicas que facilitem o deslocamento das pessoas com deficiência, professores qualificados no ensino regular e especializado, diante de uma perspectiva de inclusão escolar.

Com base nos objetivos a que esse estudo se propôs, vimos que a escola ainda se encontra muito distante de desenvolver um trabalho de acordo com as Leis e documentos que estabelecem e regulam a educação inclusiva. Todavia, observamos que os profissionais da instituição, inclusive a professora responsável pela sala de recursos foco de estudo, tentam desenvolver seu trabalho com dedicação e zelo, realizando um grande esforço para superar os empecilhos, seja de acessibilidade, atitude, comunicação, metodologia, existentes no âmbito escolar.

Sabemos que ainda temos muito há melhorar, para que haja de fato uma educação inclusiva. As pessoas com deficiência obtiveram algumas conquistas ao longo do tempo, com elaboração de Leis, documentos e programas direcionados a melhoria de vida dessas pessoas. Com isso, tiveram vários direitos assegurados.

Entretanto, sabemos que ainda enfrentam muitos problemas, tanto no espaço educacional como em outros locais, vivenciando momentos de exclusão e discriminação.

ABSTRACT

The special education or inclusive education has been a well discussed topic lately, especially considering the challenges and uncertainties present to achieve the inclusion of those who have any disability in the regular public schools. It is not difficult to see all the doubts, lack of resources and materials, as well some people's resistance concerning the real inclusion of disabled students. Reflecting on those topics, this work has as its main objective to study about the inclusive education and its implications, however, due to the amplitude of the theme, this paper brings only a part, a fragment of it, which is the Multifunctional Resource Room that attends special learners with disabilities, global development issues and high abilities/giftedness. The locus research chosen is at Itan Pereira Public High School in Campina Grande, Paraíba and the study sought to investigate how the proposal of an inclusive education is set at the named school. In order to develop the study the qualitative method was used through semi-structured interviews with teachers that work at the school. The theoretical framework consulted were the official national education documents and authors such as, Law of Guidelines and National Base (PCNs, 1996), Orientation Manual: Multifunctional Resource Room (2010); as bibliographical references, we analyzed authors as Montoan (2003), Sasaki (2005), Abenhaim (2005), among others. In conclusion of our research we could conclude that the institution at which the study took place seeks to offer the inclusive education, still have some difficulties that must be accomplished to improve the quality of the service offered and adequate itself to the laws that conduct the inclusive education.

Key Words: Inclusive Education, Multifunctional Resource Room, Specialized Educational Attendance.

REFERÊNCIAS

ABENHAIM, Evanir – São Paulo: *Casa do Psicólogo*, 2005. (Psicologia e Direitos Humanos/ Educação Inclusiva- Direitos Humanos na Escola). Os Caminhos da Inclusão: breve histórico .pag.44

ARNHEIM, *A Imagem na Documentação Pedagógica: a integração da comunicação na formação do professor*, 1998, apud SILVA. Disponível em: cf.in:<http://periódicos.ufsc.br/index.php/perpectiva/article/viewFile>. Acesso em 03/10/2016

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, *LDBEN*, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro 1961. Disponível em : www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l40024.htm. Acesso em: 05/09/2016

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Manual de Orientação: *Programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais/ Secretaria de Educação Especial*. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&ITEMID=30192. Acesso em: 23/08/2016

BRASIL, Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020). Brasília: *Senado Federal*, 2010. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 10/09/2016

BRASIL, Ministério da Educação. Programa de Implantação para as Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id+17430&itemid=817. Acesso em: 06/08/2016

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB/Nº4/2009, art. 10º de 5 de Outubro 2009. Portal. Mec.gov.br/componente/contente/article?id=13684:resoluções-ceb-2009. Acessado em: 29/09/2016

BRASIL, Ministério da Educação. Síntese das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB/Nº7/2010. Portal.mec.gov.br/index?option=com_docmon&view=dowload&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curricularesdaeducação-básica-pdf=30192: Acessado em 01/10/2016

Capacitação para a educação especial, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/educacao-realiza-encontro-de-sensibilizacao-e-capacitacao-para-educacao-especial/>. Acesso em 16/09/2016.

CARDOSO, C. S. *Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada*. Educação, n. 49, p. 137-144, 2003

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Pag. 122, 128, 129, Brasil, Senado Federal, Brasília. 2012.

Declaração de Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em 15/09/2016. Acesso em 18/09/2016

FÁVERO, Eugênia Augusto Gonzaga, PANTOJA, Luíza de Marillac P., MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Atendimento Educacional Especializado Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas*. Seesp/Seed/Mec. Brasília – DF. 2007

GARCIA, Vinícius Gaspar. *-Avanços e desafios das políticas para pessoas com deficiência*, publicado 31/07/2014 Disponível em: <http://brasildebate.com.br/avancos-e-desafios-das-politicas-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em 13/09/2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. — São Paulo: Moderna, 2003. — (*Coleção cotidiano escolar*). Bibliografia. 1. Inclusão escolar 2. Pedagogia I. Título. II. Série.

MAIOR, 1997:14, *Revista Ágora*, 2012, P.111. Disponível em: publicações.ufes.br//agora/article/download/4223/3330. Acesso em 10/10/2016

ORRIS, Elton – *Definição do que é estudo de caso e observação direta*, 2013. Disponível em: <https://porfeeltonorris.wordpress.com/2013/10/18/definição-do-que-e-estudo-de-caso-e-observação-direta/>. Acesso em 11/09/2016

SASSAKI, Romeu Kazumi - *revista Inclusão*, da Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23
Inclusão: o paradigma do século 21. Disponível em: <http://www.apabb.org.br/visualizar/Incluso-o-paradigma-do-seculo-21/1182> . Acesso em 19/09/2016

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSORES DA SALA REGULAR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Professor (a), as questões abaixo foram elaboradas como parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado de: O processo de inclusão e a Sala de Recursos Multifuncionais numa Escola Estadual de Campina Grande-PB sendo assim solicito sua colaboração em respondê-las para que haja um bom desenvolvimento do mesmo.

- 1- Em qual faixa etária você se encaixa?
 entre 25 e 35 entre 36 e 46 entre 47 e 57
- 2- Sexo ? _____
- 3- O planejamento das aulas ocorre em qual período?
 semanal quinzenal mensal
- 4- No planejamento de aula, existe uma flexibilização para trabalhar com os alunos (as) que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?
 sim não
- 5- Já participou de capacitação oferecida pelo Estado para melhorar a prática de ensino inclusivo?
 sim não
- 6- Define a diferença entre ensino integrador e ensino inclusivo?
 sim não
- 7- Quais das condições estruturais ou não do ambiente escolar que dificultam uma boa prática de educação inclusiva.?
 salas com espaço pequeno
 turmas numerosas
 falta de comunicação com professores(as) da SRM
 falta e planejamento com professores(as) da SRM
 não ter experiência com pessoas que necessitam de AEE
 despreparo do profissional da educação.
- 8- Você conhece o projeto específico que orienta o funcionamento das SRM?

sim não

9- A estrutura física da instituição garante acessibilidade para os alunos (as) com deficiência?

sim não

10- O desempenho dos alunos (as) frequentadores da Sala de Recursos Multifuncionais é considerado:

satisfatório acima do esperado

SRM: sala de recursos multifuncionais **AEE:** atendimento educacional especializado

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A PROFESSORA RESPONSÁVEL PELA
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**



UEPB

Universidade Estadual da Paraíba

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Professora, as questões abaixo foram elaboradas como parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado de: O processo de inclusão e a Sala de Recursos Multifuncional numa Escola Estadual de Campina Grande-PB sendo assim solicito sua colaboração em respondê-las para que haja um bom desenvolvimento do mesmo.

1. Seu nome completo? Idade?
2. Graduação?
3. Há quanto tempo trabalha na área de educação?
4. Há quanto tempo atende na Sala de Recursos Multifuncionais?
5. Ensinou a alunos (as) da sala regular com deficiência?
6. Dê sua opinião sobre a diferença entre integrar e incluir na escola?
7. Qual sua opinião sobre os alunos (as) com deficiência estudando separados dos alunos (as) sem deficiência?
8. Como funciona a Sala de Recursos Multifuncionais e em qual documento você se orienta?
9. Participa de capacitação específica para exercer os atendimentos na SRM?
10. Existe uma parceria com a equipe da escola e os familiares dos alunos (as)?
11. Como você realiza esse trabalho junto aos professores da sala regular?
12. Conta com a presença de alguém para ajudar? Em que ele (a) contribui?
13. Os alunos com deficiência sofrem algum tipo de preconceito dos colegas ou funcionários no geral?
15. Na sala existem os materiais didáticos pedagógicos e de Tecnologia Assistiva para facilitar o desenvolvimento deles (as)?
16. Quantos alunos são atendidos na Sala de Recursos Multifuncional? Qual o perfil dos alunos (as) atendidos?
17. Que atividades são desenvolvidas?
18. Relacione especificando as deficiências de cada aluno (a) frequentadores da sala?
19. Observou melhoria na aprendizagem deles (as) de maneira significativa (as), após os atendimentos realizados na SRM?
20. Existem barreiras na escola para desenvolver uma educação inclusiva?
21. Você acredita que a inclusão na perspectiva educacional ocorre de fato nesta instituição?

ANEXOS

| |
|--------------|
| Equipamentos |
| 2 notebooks |
| Mobiliário |

ANEXO A: TABELA COM OS EQUIPAMENTOS E MOBILÍA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA ESCOLA ESTADUAL LÒCUS DE ESTUDO

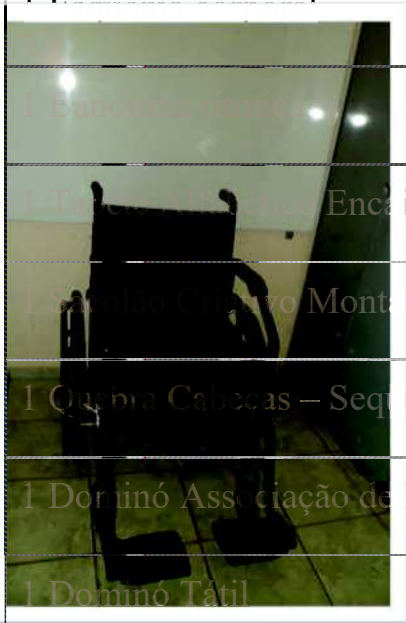
| |
|-----------------------|
| 1 Mesa redonda |
| 1 Armário cinza metal |
| 3 Cadeiras |
| 1 Cadeira de rodas |
| 1 Quadro branco |
| 1 Estante em metal |
| 2 Quadro de avisos |

**TABELA COM OS MATERIAIS PEDAGÓGICOS DA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS DA ESCOLA ESTADUAL LÒCUS DE ESTUDO**

ANEXO B: FOTOS DE EQUIPAMENTOS, MOBÍLIA E MATERIAIS PEDAGÓGICOS EXISTENTES NA SALA DE RECURSOS DA ESCOLA ESTADUAL

Material Didático Pedagógico

1 F



CADEIRA DE RODAS



ARMÁRIO EM METAL

1 Kit de lupas manuais



LUPAS MANUAIS, DOMINÓ TÁTIL,
MEMÓRIA TÁTIL



ESQUEMA CORPORAL, MATERIAL
DOURADO, PLANO INCLINADO

LÓCUS

DE

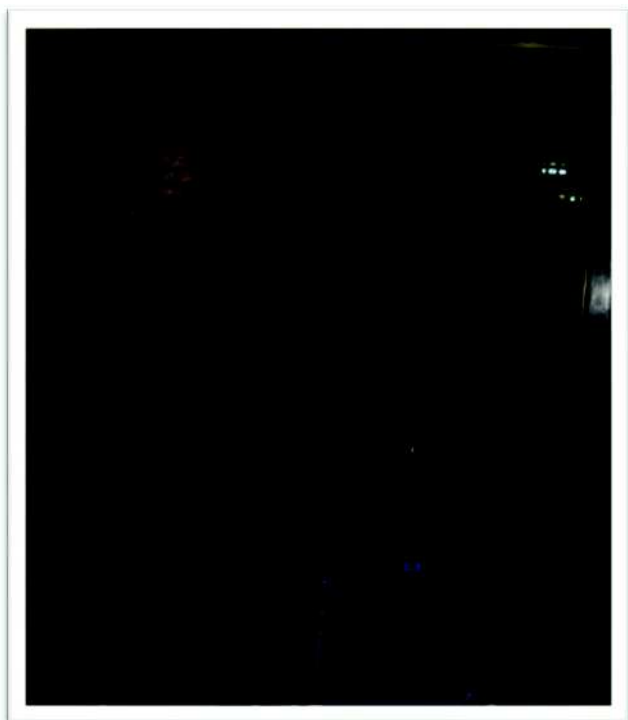
ESTUDO



NOTEBOOK



QUADRO DE AVISOS



MESA REDONDA COM
CADEIRAS



ESTANTE COM MATERIAIS
PEDAGÓGICOS

ANEXO C: TABELA COM O PERFIL DOS ALUNOS (AS) ATENDIDOS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCONAIS

| ESTUDANTES | DIAGNÓSTICO | IDADE | ANO |
|------------|------------------------------------------|-------|-----|
| D.R | Retardo Mental e Esquizofrenia | 15 | 6º |
| L.M | Déficit de Aprendizagem Comportamento | 20 | 7º |
| S.D | Deficiência Intelectual | 15 | 7º |
| M.C | Paralisia Cerebral | 22 | 9º |
| E.S | Retardo Mental Severo | 16 | 7º |
| K.I | Retardo Mental Grave | 24 | 9º |

ANEXO D: TABELA COM RESULTADO DE ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DA SALA REGULAR

| Questão | Pergunta | Respostas | Quantidade de entrevistados (as) |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| 1. | Faixa etária | Variam entre 25 e 57 anos | 5 |
| 2. | Sexo | 4 do sexo feminino e 1 sexo masculino | 5 |
| 3. | Período de planejamento das aulas | 4 realizam planejamento por semana 1 planeja por mês | 5 |
| 4. | Flexibilidade no planejamento de aula para alunos necessitados de AEE | 2 responderam sim 3 responderam não | 5 |
| 5. | Participou de capacitação oferecida pelo Estado com objetivo de melhorar práxis de educação inclusiva | 2 responderam sim 3 responderam não | 5 |
| 6. | Define a diferença entre ensino integrador e ensino inclusivo | 2 responderam sim 3 responderam não | 5 |
| 7. | Que condições estruturais ou não do ambiente escolar dificultam uma boa prática de educação inclusiva | 2 responderam salas com espaço pequeno, turmas numerosas 1 respondeu pouca comunicação com professores(as) da SRM, falta de planejamento com professores(as) da SRM 2 despreparo do profissional da educação | 5 |
| 8. | Conhece o projeto específico que orienta o funcionamento das SRM | 4 responderam não 1 respondeu sim | 5 |
| 9. | A estrutura física da instituição garante acessibilidade para os alunos (as) com deficiência | 5 responderam sim | 5 |
| 10. | O desenvolvimento dos alunos (as) que frequentam a SRM é considerado | 4 responderam satisfatório 1 acima do esperado | 5 |

ANEXO E: FOTOS E QUADROS COM DESCRIÇÃO DOS ATENDIMENTOS



REA
LIZA
DOS
COM
DUA
S
ALU
NAS

Atendimento 1

| | | | |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aluno: D.R | Diagnóstico: Retardo Mental e Esquizofrenia | Idade: 15 | Ano: 6º |
| Disciplina: Língua portuguesa / Artes | Conteúdo: Família | Atividade: Pintura, recorte, colagem de quebra cabeça da vovó | Objetivo: Melhorar expressão através da oralidade; Valorizar a importância da família na figura da avó; Aprimorar criatividade |

Descrição da atividade

A professora inicia com uma conversa informal enfatizando a importância da avó. Nesse momento a aluna expressa o quanto avó é importante para ela, diz "embora, vivo me preparando para aceitar esse momento, quebra - cabeça e explica como deve ser realizado. Depois, a sequência realize o primeiro passo que é a pintura. Depois, ela conseguia escrever corretamente o seu nome com letras maiúsculas. Durante a conversa fazia comparação da figura que tinha em mente, "tão grande assim ela é bem mais magra". Depois, ela fez o capricho e por fim, fez a colagem em outra folha na conclusão da atividade.



o ela for
esenta o
me e na
studente
rava de
ó não é
n muito
ação em

Atendimento 2



| | | | |
|----------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aluno: M.C | Diagnóstico: Paralisia Cerebral | Idade: 22 | Série: 9º ano |
| Disciplina: Língua portuguesa | Conteúdo: Olimpíadas e Paralimpíadas | Atividade: Exibição de vídeo de desenho animado- Discovery Kids Brasil- Esportes irados- Episódio “ Basquete em duas rodas; Leitura visual, recorte, colagem. | Objetivo: Reconhecer a as modalidades de esportes incluídas nas paralimpíadas; Valorizar o evento e os esportes; Trabalhar a oralidade; Exercitar a coordenação motora fina. |

Descrição da atividade

Para iniciar a educadora exibe o vídeo “Basquete em duas rodas” de 01: 25 segundos, a aluna assiste tranquilamente. Em seguida, inicia-se uma discussão sobre o tema trabalhado. Professora – A pergunta? Você gosta de esportes? Gosto sim, só não prático é legal. Você acompanhou os Jogos Olímpicos e estar acompanhado os Jogos Paralímpicos? “Assisto a TV e fico torcendo pelos atletas é muito bom”. “O Brasil futebol ganhou, legal”. Nesse momento demonstra felicidade, mostrando um belo sorriso. Aluna pergunta: “vamos fazer o que agora?” A professora pega umas revistas antigas e informa “Vamos procurar imagens de pessoas praticando esportes”. Elas folheam as páginas buscando modalidades de esportes. A educadora fala: “vamos utilizar a tesourinha adaptada para nós”, a seguir cortam as figuras e ainda com o auxílio da professora a aluna cola em uma folha de A4 com o tema prescrito pela mediadora, esportes. Logo, a estudante fala dos esportes que foi colado, “natação, ciclismo, basquete em duas rodas são esportes, colei pular corda, mas essa é uma brincadeira e não esporte que ganha medalha”. Para finalizar, ela pede para professora: “desenha um coração para eu pintar bonito”. A mediadora desenha e pergunta: Como você avalia a aula de hoje? “Gostei muito da atividade foi legal e o meu trabalho ficou lindo, tira a foto”. Por fim, sua mãe apareceu na porta e a educadora deu-se por concluída o atendimento, pois o carro chegará para leva-las para casa. Seguida a saída da mãe e filha, questionei com a professora: A estudante participa da Educação Física? Não, acho que no plano de aula não tem flexibilidade para trabalhar com pessoas com Paralisia Cerebral e outras deficiências. Acrescenta que a estudante também não frequenta a sala regular, fala que ela precisa de silêncio preferindo participar só da Sala de Recursos Multifuncionais.